

EIXO 2- POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA E DE FORMAÇÃO E GESTÃO ESCOLAR

IMPLICAÇÕES DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA ESCOLA (PDE-ESCOLA) NA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL SÃO JOÃO BATISTA/CAMETÁ/PA.

IZABEL CRISTINA DA SILVA PADINHA
Faculdade de Educação/CUNTINS/CAMETÁ/UFPA
E-mail: cristinapadinha@yahoo.com.br

PROFº DR. JOSÉ PEDRO GARCIA OLIVEIRA
Faculdade de Educação/CUNTINS/CAMETÁ/UFPA
E-mail: josepedro@ufpa.br

Grupo de pesquisa: História, Educação e Linguagem na Região Amazônica

INTRODUÇÃO

A reforma do Estado brasileiro a partir da segunda metade da década de 1990 do século XX, ocasionou inúmeras mudanças no campo econômico, político, social e educacional ocorreram que afetam a escola enquanto instituição de ensino e de práticas pedagógicas que ai se desenvolve.

Diversas medidas por parte do governo federal visando à melhoria da qualidade de ensino, não podem ser omitidas como o aumento do percentual de investimento na educação básica e superior e a promoção de uma gestão eficiente tecnicamente, e responsável do ponto de vista político.

Em relação a melhoria na educação básica, o Ministério da Educação MEC (2006, p. 20) lançou o Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE -Escola), definido como,

uma ferramenta gerencial utilizada com o propósito de auxiliar a escola a realizar, assegurar que sua equipe esteja trabalhando para atingir os mesmos objetivos, avaliar e adequar sua direção em resposta a um ambiente em constante mudança.

O PDE-Escola, constitui uma ferramenta de apoio financeiro e técnica às escolas de educação básica com baixo índice de rendimento escolar da educação básica, sinalizando para as necessidades e aspirações da comunidade educativa por uma escola mais autônoma e com

condições de oferecer e financiar ações que garanta a permanência e o acesso das crianças, adolescentes e jovens nas escolas públicas, com aprendizagem de qualidade.

O PDE-Escola é um dos quinze subprogramas do Fundo de Fortalecimento da Escola (FUNDESCOLA) modelo de gestão e planejamento estratégico lançado em 2007, sendo ressignificado com o financiamento e apoio técnico pelo Plano de Desenvolvimento de Educação –PDE.

O PDE-Escola pauta-se em um discurso de construção coletiva, dialógica, procurando compreender a realidade em prol da transformação direcionada ao mercado. Dessa forma, requer um modelo de gestão diferenciada voltada para o gerenciamento e caminhando para uma proposta descentralizadora de política educacional, no tange administração dos recursos, a execução de tarefas, ainda que a tomada de decisão continue centralizada.

É necessário que novos “olhares”, sobre o manual a respeito de como elaborar o Plano de Desenvolvimento da Escola (2006) de autoria do Ministério da Educação (MEC) e distribuído às escolas, como a escola deve definir e planejar as ações do PDE-Escola e qual o papel do gestor, como um planejador escolar,

A gestão democrática da educação é hoje, um valor já consagrado no Brasil e no mundo, embora ainda não totalmente compreendido e incorporado a prática social global e a prática educacional brasileira e mundial. É indubitável sua importância como um recurso de participação humana e de formação para a cidadania. É indubitável sua necessidade para construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Indubitável sua importância como fonte de humanização. (FERREIRA, 2000, p.167)

Nesse sentido, autonomia da escola mediante a elaboração do planejamento estratégico que é o objetivo do PDE-Escola, profundas análises sobre as ações desenvolvidas por essa ferramenta, devem ser desenvolvidas objetivando significar e fortalecer a gestão e a qualidade dos processos educativos da escola,

[...] a educação de qualidade é aquela mediante a qual a escola promove, para todos os domínios dos conhecimentos e desenvolvimentos de suas capacidades cognitivas e afetivas indispensáveis ao atendimento das necessidades individuais e sociais dos alunos, bem como isenção no mundo do trabalho e a constituição da cidadania também como poder de participação, tendo em vista a construção de uma sociedade mais justa e igualitária”. (LIBÂNEO, 2003, p. 117)

Contudo, o exercício da gestão escolar democrática da educação básica, ainda é um discurso que não tem ressoado em alto e bom som por parte das políticas públicas educacionais e dos segmentos escolares devido o controle e a dominação exercida pelo sistema mantenedor que omitem a legitimação e regulamentação desse princípio, com medo de perder o controle ou o poder que rodeia o espaço da escola através da função de diretor (a)

que de certa forma vem sendo um entrave ou uma dificuldade para se promover debates, reflexões, vivências, envolvimento, aprofundamento, mobilizações e articulação dos sujeitos que compõem o espaço da escola, considerando que as ações emanadas no interior do espaço escolar, ainda carregam ordens, diretrizes, definições, orientações e resoluções verticalmente impostas com a intenção de tornar a gestão escolar um instrumento/padrão fiscalizador dos interesses, acordos, práticas e atitudes que garantam o controle do sistema mantenedor para que possa continuar centralizado, burocrático, hierárquico e indefinido.

Essa postura de orientação e determinação do órgão oficial com o propósito de habilitar as escolas aos benefícios de programas dos governos federal e estadual como os repasses de recursos financeiros, tem sido motivo de questionamentos diversos, como este: **que intenção carrega o Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE-Escola) criado para fortalecer a autonomia, gestão e a melhoria da aprendizagem escolar, considerando que foi determinado de cima para baixo sem a participação e envolvimento dos segmentos que fazem o dia a dia da escola?**

Neste artigo, o objetivo é analisar as orientações e os encaminhamentos emanados pelo Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE –Escola) às escolas públicas do município de Cametá/Pará acerca da intenção desse programa que justifique sua importância como um instrumento balizador, orientador, organizador e financiador de ações diversas para melhorar o desempenho político pedagógico da escola, dos estudantes e da gestão escolar.

Assim, as reflexões sobre o PDE-Escola, sua organização, implementação, planejamento escolar, funcionamento da escola, a participação dos segmentos escolares e a disponibilidade dos gestores escolares para mobilizar de forma coletiva e participativa a elaboração dessa ferramenta, pode ser uma ação que conduza na direção de mudanças e transformações no universo escolar e da qualidade da educação básica paraense/cametaense.

As tendências recentes de gestão e suas repercussões na escola pública

As mudanças nas políticas públicas e na gestão da educação básica na América Latina e Caribe processam-se principalmente a partir dos anos 90 do século XX, refletindo no cenário educacional brasileiro, são perceptíveis as mudanças que a sociedade civil vem provocando e vivenciando nas últimas décadas, uma vez que após o período militar, o país passou por um processo redemocratização, promovendo modificações na política, no campo social e na economia. A promulgação da Constituição Federal de 1988 representa a esperança e a vontade de uma nação em recobrar seus valores e direitos democráticos, mesmo que os

avanços na política educacional no que se refere a conceitos e práticas de gestão educacional que não instituíram-se efetivamente.

A educação historicamente tem refletido as influências do processo de globalização que de certa forma tem promovido desigualdades, injustiças, exclusão, competitividade, dificuldades e a impossibilidade de se ampliar a democratização da gestão escolar e dos sistemas.

No campo da educação a Constituição Federal de 1988 e a Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional –LDBEN), constitui os principais mecanismos que legitimam o princípio da gestão democrática, mesmo que na prática se perceba inúmeras limitações e barreira que impedem que a participação da comunidade escolar ocorra efetivamente.

Dentre essas situações pode-se mencionar à estrutura física, o número elevados de estudantes nas salas de aula, a centralização das decisões, a forma de escolha do (a) diretor (a) e a falta de promoção da participação dos estudantes, de pais e /ou responsáveis, servidores e a comunidade escolar geral. Outro aspecto que pode relacionar corresponde as concepções, os princípios e crenças oriundos dos modelos político-econômicos que interferem no funcionamento da escola. Existe também a divergências, a divisão de poder entre os diferentes atores, o discurso liberal ilusório de participação e de uma gestão escolar com indícios democráticos.

Ao mesmo tempo em que a partir dos anos de 1990 do século XX, discursos como “participação”, “autonomia” e “projeto educativo” apontam para uma política de modernização e racionalização, que conduz a uma visão de consenso, de bem estar, equilíbrio, camuflando os conflitos e as políticas existentes.

Dessa forma, a orientação proposta pelos mentores da reforma foi à adoção da gestão reguladora da escola com ênfase na formação de professores por meio da gestão “gerencial” focada nos conhecimentos das normas advindas desse modelo gerencial de escola.

Em contraposição a esse modelo gerencial, apresenta-se um projeto educacional fundamentado na possibilidade de se ter uma lógica democrática que se efetivasse pela participação dos sujeitos que estão inseridos na comunidade escolar, assim como na construção dos projetos escolares e nos momentos de tomada de decisões, onde a organização do trabalho pedagógico se direciona pela necessidade de garantir a qualidade social da educação.

Logo, compreende-se que o processo de gestão democrática por mais que normas legais sejam instituídas, não garante sua execução, pois sua materialidade se configura

enquanto uma construção coletiva e permanente, na busca diária de superação de práticas autoritárias de centralização de poder, por meio da prática do diálogo, da informação e do conhecimento. Desta maneira, a gestão democrática é um exercício cotidiano e o espaço escolar passa ser um ambiente promissor para as interações democratizantes.

A postura de participação ainda é um ato a ser aprendido para que se possa colocar em prática, o que segundo Gadotti (2004) é uma *mudança de mentalidade*, onde a escola deixa de ser vista pelos membros da comunidade escolar como um prédio público, normativo do Estado para o ensino, mas um espaço de conquista, relação, proximidade.

Por sermos um país marcado por tantas desigualdades sociais e por tradição histórica de autoritarismo existe ainda ausência de ações institucionais para uma participação efetiva. Mesmo que a educação venha ocupando lugar de destaque nas políticas públicas somente permitir o acesso ao ensino não é suficiente para promover a inclusão educacional e social de uma parcela significativa da sociedade brasileira. Cremos sim que a permanência e a qualidade do ensino público seja o passo importante e de que a participação popular seja o caminho viável para a construção de um mundo justo e feliz. (LÜCK, 2000, p. 12).

Entende-se assim, que a função da escola é propiciar ao educando condições para que se aproprie dos conhecimentos científicos das diferentes áreas do conhecimento para que construa um pensamento crítico, reflexivo que lhe permita traçar discussões e debates sobre demandas ideológicas da administração pública para que possa desvelar a organização social vigente, tornando-os capaz de construir uma identidade social, consciente, solidária e humanizada no sentido de organizar-se em grupos sociais para superar o individualismo presente num contexto de dominação política e exploração capitalista.

O PDE-Escola: implicações e possibilidades

O PDE- Escola é uma iniciativa de planejamento estratégico, com o intuito de melhoria dos resultados educacionais, particularmente das escolas que apresentam baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

O PDE-Escola é um mecanismo de regulação de desempenho e ações voltadas para a mensuração externa das aprendizagens nas escolas públicas. Essa regulação é um meio de intervenção do Estado no direcionamento das políticas públicas. Essa focalização de maneira rígida incide na eficiência e eficácia dos resultados, na flexibilização do processo no qual as ações vão sendo realizadas. Portanto, os resultados são importantes no sentido de buscar bom desempenho e boa qualidade de ensino.

Dessa forma a qualidade do ensino esta relacionada ao resultado de uma avaliação do rendimento escolar do estudante, tendo a qualidade como indicador dos resultados das avaliações sistêmicas, que estabelecem metas de desempenho para os estabelecimentos de ensino inseridos no plano.

O PDE-Escola está entre uma das ações do FUNDESCOLA, (HADDAD, 2008) compreendido como um processo gerencial de planejamento estratégico, direcionado pela liderança da escola e elaborado de maneira participativa pela comunidade escolar. O PDE-Escola na sua concepção faz da escola um espaço, responsável pela melhoria da *qualidade* do ensino, a partir de uma dinâmica do processo que decorre da realização de um diagnóstico, da situação, da definição de metas, objetivos estratégicos e planos de ação a serem alcançados. A promoção dessa qualidade decorre de uma postura de fortalecimento da gestão escolar, que ganha destaque por ser vista como mecanismo para atingir as metas educacionais desejadas, aspecto considerado em todo o processo de elaboração e implementação do PDE-Escola. Essas ações fazem parte de um contexto mais amplo, o da reforma político-administrativa do Estado brasileiro.

Oliveira, Fonseca e Toschi (2004, p. 29) afirmam que.

PDE é entendido como o carro-chefe do FUNDESCOLA, uma vez que assinala uma ênfase na “escola com foco no aluno”. Nesse processo, a escola é considerada a responsável pela melhoria da qualidade de ensino, e o projeto visa modernizar a gestão e fortalecer a autonomia da escola, segundo um processo de planejamento estratégico coordenado pela liderança da escola e elaborado de maneira participativa.

A partir do enfoque mencionado pelos autores no manual de instruções para a elaboração do PDE-Escola divulgado em 2006, descreve que este:

[...] representa para a escola um momento de análise de seu desempenho, ou seja, de seus processos, de seus resultados, de suas relações internas e externas, de seus valores e de suas condições de funcionamento (BRASIL, 2006, p. 11).

Ainda sobre o manual o Ministério da Educação (MEC), informa que em relação às orientações do PDE-Escola/FUNDESCOLA, um critério de avaliação a considerar é a eficácia escolar dos resultados.

[...] Em particular, no Instrumento2 (ou questionário 2), os chamados “fatores de eficácia”, até então em número de seis, passaram a se denominar “critérios de eficácia”, tendo sido acrescentado um novo critério, o sétimo, de “Resultados”. Essa modificação permitirá à escola trabalhar com mais foco e precisão nos resultados que precisa alcançar para melhor atender alunos, equipe, pais e comunidade. (BRASIL, 2006, p. 22).

O PDE–Escola se estrutura em duas partes, sendo que a primeira em uma visão estratégica na qual a escola estabelece seus valores, sua visão de futuro, missão, objetivos estratégicos, perfil de sucesso a ser alcançado no futuro são fatores a serem alcançados no tempo determinado entre dois e cinco anos. A segunda está relacionada ao plano de suporte estratégico onde a escola parte dos objetivos estratégicos para definir um conjunto de estratégias, metas e planos de ação que irá transformar a visão estratégica em realidade. (BRASIL, 2006)

Para começar a elaboração do PDE-Escola, a equipe escolar deve seguir algumas etapas como a de preparação, organização e divulgação para elaboração, em seguida deve se fazer um diagnóstico da realidade ou análise situacional da escola. A partir deste diagnóstico, é imprescindível a definição da visão estratégica e o plano de suporte estratégico, posteriormente a execução do plano de ações determinadas pela escola e por último monitoramento e avaliação das ações e dos resultados alcançados (BRASIL, 2006).

Este manual é destinado aos profissionais da educação da escola, principalmente às pessoas que exercem função de liderança (diretor, vice-diretor, coordenador pedagógico, orientador, secretário) (BRASIL, 2006, p. 17)

A Concepção do PDE-Escola com ênfase na gestão estratégica nos mecanismos que visem à maior eficiência e eficácia na condução das instituições de ensino com objetivo de associar eficácia com *qualidade* medida por resultados educacionais.

O PDE-Escola não substitui a proposta pedagógica das escolas, bem como não se restringe a dimensão pedagógica, mas assume uma visão da escola na sua globalidade, de maneira estratégica. Por isso, como ferramenta gerencial, não substitui a concepção pedagógica e sim a complementa. “Não indica o método pedagógico a ser adotado, mas sinaliza se este está falhando” (BRASIL, 2006, p. 11).

Ressalta-se que a escola ao listar suas necessidades e demandas, deve colocá-las de acordo com projetos e programas já instituídos pelo MEC, com o intuito de aumentar o desempenho escolar, avaliado através do IDEB, que se traduz no preenchimento de formulários para do PDE-Escola.

Os procedimentos para a elaboração das ações do plano já vem prescrita, como o uso dos recursos para as ações financiáveis que devem seguir os critérios pré-determinados. Portanto, a flexibilidade e autonomia, enquanto proposta do PDE-Escola, se apresenta nos moldes de gestão gerencial. O que existe é o aumento da responsabilidade das equipes escolares para com a gestão dos recursos financeiros enquanto estratégia do Estado, pois a tomada de decisões ainda é centralizada.

O PDE-Escola na gestão da EMEF “São João Batista”

A implementação do Plano de Desenvolvimento da Escola – PDE-Escola na Escola Municipal de Ensino Fundamental “São João Batista” foi para fortalecer a autonomia e do planejamento estratégico, buscando a melhoria da qualidade de ensino.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental “São João Batista” está localizada no Bairro Centro da cidade de Cametá, estado do Pará, onde há um complexo de praças e prédios públicos, como da Prefeitura Municipal de Cametá, Secretaria Municipal de Transportes e Obras, a Escola Municipal de Ensino Fundamental “D. Romualdo de Seixas”, dentre outros. A instituição escolar recebeu essa denominação em homenagem ao padroeiro dos católicos da cidade São João Batista.

Apesar de situada num bairro central, atende em sua maioria, alunos de bairros periféricos e interioranos (ribeirinhos e estradas). Ao longo de seus 25 anos, onze (11) gestores já passaram pela escola. No seu quadro de pessoal a escola conta, além da direção, com um corpo técnico devidamente habilitado, assim como dois vices –diretores, professores, agente de serviços gerais e manipuladora de alimento.

Tratando-se da implementação do PDE-Escola no interior dessa instituição de ensino, o depoimento de um dos vice-diretores é procedente quando diz que “Eu avalio essas ações com a presença e a participação dos membros da comunidade [...] são interessados na resolução dos problemas locais”.

Desse modo, a ênfase nas pessoas que exercem a liderança, o sucesso da escola depende de serem capazes de produzir mudanças nos indivíduos e na organização. Cabe ao líder motivar, manter as pessoas informadas e envolvidas, mostrando como elas fazem parte e são importantes no quadro amplo da escola. (BRASIL/MEC, 2006).

No âmbito de uma postura democrática, o (a) diretor (a) é visto como “[...] dinamizador social, um orquestrador de atores, um orquestrador da diversidade” (LÜCK, 2000, p.16) aberto à participação da comunidade na construção coletiva de um ambiente educacional, propiciador de formação adequada aos educandos.

A gestão de uma unidade escolar de acordo com os princípios democráticos exige-se a participação efetiva de todos os segmentos da escola, para que as relações democráticas possam se materializar na prática do seu cotidiano, pautadas numa visão de organização interna de gestão comprometida com o coletivo, sendo capaz de promover a construção democrática do processo educacional.

O PDE desenvolvido pela escola visa à melhoria da qualidade de ensino. “É elaborado de modo participativo com toda a comunidade escolar (equipe escolar, pais de alunos e outras partes interessadas)”(BRASIL, 2006, p.20).

Embora os benefícios financeiros que a escola recebe sejam fundamentais para dinamizar as atividades educativas, é preciso que eles sejam vistos com cautela, pois eles não são permanentes e nem suficientes para atender as demandas da escola.

Com relação ao significado do programa para a escola, uma das educadoras manifesta assim sua opinião:

O que conheço é também pouco superficial, por que agente entende que esse programa só vem pra dentro da escola que apresenta o IDEB baixo. Então existe sim um ponto positivo, já que a escola está com índice de reprovação grande, pra elevar e pra reforçar aquilo que escola não tem condições financeira de propiciar para os professores e alunos. (EDUCADORA D)

O formato que o PDE-Escola se pauta que são dados muito “superficiais” de qualidade, na verificação mecânica de números ao analisar os índices através de resultados estatísticos, resultados muitas vezes desconsideram a realidade do aluno, do professor e o contexto da própria escola onde eles ocorrem.

Os depoimentos coletados do PDE-Escola expressa a qualidade social do ensino na EMEF “São João Batista”, em função de outros fatores estarem envolvidos, passando o programa ser visto apenas como uma estratégia para garantir as médias exigidas pelo IDEB. Podemos constatar isso nas seguintes falas:

Ele pode ter contribuído em parte, por que esse resultado agente não avaliou dentro da escola, por que o projeto foi desenvolvido em 2008/2009 e os indicadores saíram em 2011. Então eu acredito que pode ter contribuído, mas não pelo próprio programa, mas sim pela disposição de cada professor de ver que tinha que mudar esse indicadores, não tenho certeza os cursos, a maioria dos professores não participou. (Educadora A)

As posições sobre esse questionamento gerou confusão por não distinguir um programa do outro no caso o PDDE, Mais Educação e o PDE-Escola.

Eu não participei da escolha eu tenho informação que foi pela análise dos dados que a equipe de sistematização escolheu os cursos de acordo com índice de reprovado dos alunos em cada área. (Educadora A)

O PDE-Escola compreende a escola como um todo, dispondo de recursos financeiros, que busca a melhoria da qualidade do ensino, que não significa substituir o projeto político pedagógico, mas promover e somar suas ações estratégicas aos objetivos e metas do PPP, assim mencionados:

Não são todas as ações, mas a que toda escola prioriza seria do ensino aprendizagem. O PPP nós temos, começamos a construir, estamos em 2012 e não finalizou, nós temos uma parte teórica falta só análise dos dados do ano pra gente ver as atividades que já foram realizadas pra gente implementar outras.

Pelo relato verifica-se que nem todos os professores da escola conhecem o Projeto Político Pedagógico (PPP), ficando inviável de perceber como as ações do PDE-Escola pode vincular-se as ações do PPP.

Na EMEF “São João Batista” foram adquiridos com financiamento do PDE-Escola inúmeros recursos didáticos, mas o relato dos atores da escola indicam que são poucos utilizados e não estão disponíveis aos profissionais como deveriam.

Nossa opinião é de que não basta apenas adquirir os recursos didáticos para equipar as escolas, é preciso que se deem condições de uso, capacitando os docentes para o manuseio adequado e com fins didáticos justificáveis.

Eles são importantes se fossem utilizados. A gente conhece que existe muitos recursos didáticos na escola, mas não são utilizados, até mesmo por desinteresse dos professores da parte pedagógica que poderia esta exigindo que esses professores utilizassem esse material. (Educadora D)

O representante da direção da escola relatou que sobre aquisição dos recursos didáticos através PDE-Escola e sua importância para o desenvolvimento das atividades pedagógicas, ela nos respondeu: “tem nos proporcionado grande rendimento escolar uma vez que nossos alunos e professores usam esses recursos didáticos para que venha melhorar na qualidade de ensino pra nó tem tido bons resultados” (Educadora C.).

O uso dos recursos didáticos de modo viável e significativo, na prática pedagógica, é somente quando se constitui um elemento de apoio na construção do conhecimento, no sentido de proporcionar informação e despertar o interesse do aluno, motivando ao estudo, propiciar vivências culturais e significativas para aprendizagem, pois a formação humana compreende a aplicabilidade das informações em situações distintas.

Apesar das exigências de qualificação dos professores, as políticas implementadas não tem privilegiado a valorização do professor e nem uma formação capaz de possibilitar atualização das temáticas educativas e a promoção de formação continuada em constante processo de avaliação e construção permanente.

O professorado, diante das novas realidades e da complexidade de saberes envolvidos presentemente na sua formação profissional, precisaria de formação teórica mais aprofundada, capacidade operativa nas exigências da profissão, propósitos éticos para lidar com a diversidade cultural e a diferença, além, obviamente, da indispensável correção nos salários, nas condições de trabalho e de exercício profissional. (LIBÂNEO, 2010, p.77-78).

A escola com os recursos financeiros do PDE-Escola realizou cursos de formação apenas para categoria deixando atender aos demais segmentos profissionais que ali atuam.

Por outro lado, os financiamentos para esse tipo de atendimento requer um bom planejamento considerando que os investimentos financeiros dispostos pelo PDE-Escola não são suficientes para ampliar o atendimento com cursos de outros segmentos, bem como a escola se ressentir pela falta de mobilização e inserção de todos os profissionais para programar e distribuir os recursos desse programa. Foram ainda citadas, dentre outros, a necessidade da fiscalização para saber como as ações foram acontecendo e financiadas.

O PDE-Escola além do apoio financeiro destina também o apoio técnico para auxiliar na elaboração do programa, como no caso do município de Cametá/Pa que tem o coordenador do programa interno a escola que auxilia nesse primeiro momento de elaboração e no decorrer as atividades quando solicitado. Portanto, no que se refere ao papel do poder público municipal para a viabilidade da implementação do plano na escola os entrevistados descrevem assim:

Houve sim o professor Domingos, ele foi uma peça fundamental, para nós na elaboração desse projeto, foi quem nos orientou, esteve conosco participando e nós tivemos também uma participação muito grande da UFPA, através do professor José Pedro Garcia que esteve aqui com uma equipe de estudantes nos orientando foi extraordinária essa participação, porque através começamos a dar um passo adiante no projeto. (Educadora C).

Embora se observe o grande esforço por parte da escola, as políticas educacionais repassadas para a escola não têm promovido à descentralização, a participação e o envolvimento dos segmentos escolares nas tarefas em geral, onde esses procedimentos se revelem a comunidade por meio de acompanhamento, controle e a colaboração para que esta tenha ótimos resultados e autonomia no ato de implementação dos projetos. Esta forma ainda de organizar e promover o funcionamento da escola possibilita o delineamento de uma política de Estado avaliador e controlador, tornando a sociedade civil como mera “cliente” da escola.

Todavia, esses tipos de políticas educacionais infelizmente têm propiciado o aprendizado para que a comunidade escolar gerencie particularmente recursos financeiros enviados a escola, mesmos que esses recursos sejam insuficientes para manutenção da escola, essa mesma escola vem lançando a um grande desafio que é gerenciar tais recursos, como também vem buscando e desenvolvendo outras formas de complementação provendo eventos diversos (festinhas, bingos, rifas, sorteios, coletas com os servidores, pais e /ou responsáveis), para realizar benfeitoria na escola.

Temos um ponto forte e um ponto fraco. O forte é que veio o recurso, nós executamos ,compramos, realizamos os cursos. O ponto fraco não houve impacto, essa repercussão de que mudou alguma coisa, terminou e aí não surgiu efeito. (Educadora A)

A avaliação que tenho que eles não estão agindo bem com o corpo administrativo, até o de apoio da escola. Ninguém sabe ao certo para que está sendo destinado esse recurso. O dinheiro que vem para a escola eles não chamam a comunidade toda pra repassar o que é o que está esta fazendo com esse dinheiro e também não tem aquela preparação de exigência da supervisão, do orientador escolar frente aos professores para usar esses materiais comprados, que é para facilitar o rendimento, a aprendizagem do aluno. Então não estão exigindo muito dos professores para que haja essa facilitação da aprendizagem da sala com os alunos. (Educadora D)

Esse programa é muito bom aqui na escola, é para a melhoria dos conhecimentos dos alunos, quanto mais administrado com melhor qualidade vai ser melhor para os alunos. Por que é esse objetivo de fazer com que tenham uma ótima formação que possa lá no futuro ter um resultado garantido. (Educadora F)

Outro aspecto a ser destacado nos dados mencionados pelos entrevistados trata-se dos espaços físicos existentes na escola que não foram contemplados com ações dos recursos oriundos do PDE-Escola. Ou seja, a escola foi impedida de utilizar sua autonomia com relação a serviços de pequenos reparos na estrutura física que a escola necessita, haja vista que o recurso já traz uma planilha que determina em que deve ser aplicada não permitindo aplicação em serviços de reparos como na Biblioteca, sala de informática e no espaço onde está instalado o rádio escolar. Esses espaços poderiam ser revitalizados e melhor aproveitados para ajudar na aprendizagem dos estudantes da escola.

O coletivo da escola se ressentiu por não terem compreendido bem a aplicação da política do PDE-Escola introduzida na escola principalmente os servidores em geral.

Aqui conforme a necessidade da escola, por exemplo, nos cursos, temos a biblioteca deveria ter uma ação direcionada pra biblioteca, uma ação direcionada a sala de informática, que nós temos computadores, internet, que até hoje não é utilizada pelos alunos a mais de dois anos. Então esse seria um dos pontos do programa que deveria ter olhado para fazer uma ação relacionada a esses dois programas. Além da rádio, fazer um projeto de comunicação, de informática e sala de leitura, um projeto só que deveria dar mais ênfase para os alunos. (Servidora).

Não. (Educadoras D, E, I, J)

Eu acho que faltou mais conhecimento para podermos entender o que é o PDE na escola. Por que é assim vem o recurso [...] o PDE na escola aí tem saber detalhadamente a que se destina esse recurso para dar melhor esclarecimento, por que lhe digo com toda sinceridade eu tenho dúvidas, vem recurso, mas não é esclarecido para nós, pra que é, pra que se destina. (Servidora)

Participação dos outros funcionários na programação, todos se envolvem na programação. (Educadora F)

Verificou-se que o PDE-Escola é uma proposta para promover a qualidade do ensino e o aperfeiçoamento da gestão da escola pública, especificamente, para o ensino fundamental. De acordo com a pesquisa realizada o PDE-Escola apesar de ser a partir do diagnóstico da escola, ele não contempla as necessidades essenciais da escola, segue a atender as prioridades demandadas instituídas pela reforma do Estado desde década de 90. A implementação do

PDE-Escola para acontecer de maneira efetiva depende do envolvimento dos profissionais que atuam na instituição, onde têm suas funções redimensionadas passando a serem líderes, gerentes, gestores de metas e ações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho possibilitou entender que o PDE-Escola não é um projeto originário das necessidades colocadas pela escola, mas das normas elaborados Banco Mundial que financia esse programa, limitando a participação da comunidade escolar no implemento do mesmo, ou seja, para o PDE-Escola compete apenas a um grupo de profissionais da escola elabora e exercer o redimensionamento de suas funções.

Ainda sobre os dados coletados através das entrevistas foi possível compreender que o Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE-Escola), especificamente quanto à sua elaboração, efetivação e coordenação enquanto ações burocráticas, segue as normas gerenciais, na qual a escolha das ações e outras atividades são restritas, devem estar de acordo com as determinações do MEC, como o preenchimento de extensos formulários e elaboração de relatórios.

Percebeu-se também que o PDE-Escola chega à escola de forma imposta, “de cima para baixo”, sem consulta à comunidade escolar. Desconsidera-se a cultura escolar, a realidade própria de cada escola e o trabalho dos segmentos escolares (professores, gestores, coordenação pedagógica, servidores, estudantes, pais e /ou responsáveis), tornando o trabalho cada vez mais instrumental. Trata-se de uma ameaça ao que resta de autonomia da escola em administrar (decidir) sobre seus recursos financeiros de acordo com as suas próprias necessidades. Há uma definição prévia do que pode ou não ser utilizado, em detrimento do consultar e ouvir a escola.

As análises apontaram ainda que apesar do plano destinar recursos para a capacitação de professores e outros profissionais, a participação dos membros da comunidade escolar tem sido em menor proporção, além de cursos que não atendem reais necessidades das áreas específicas do conhecimento.

Concluiu-se que o Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE) é uma ferramenta gerencial que se propõe auxiliar a escola na melhoria da qualidade de ensino por meio de um planejamento estratégico. As análises revelaram que sobre a implementação e aplicação do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE-Escola) não esta em consonância com as diretrizes do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola.

Por fim, ações do PDE-Escola, por si só não é suficiente para empreender a melhoria do ensino, pois, faz-se necessário o comprometimento, a qualificação e a valorização de toda a comunidade escolar para que a qualidade na educação aconteça no sentido não só de maior abrangência, mas da promoção de vida cidadã para todos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília: Presidência da República, Câmara da Reforma do Estado, Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1995.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9394/96**. São Paulo: Editora do Brasil S/A, 1996.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9394/96**. São Paulo: Editora do Brasil S/A, 1996.

_____. **Decreto nº 6094, de 24 de abril de 2007**. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando social pela melhoria da qualidade da educação básica. Disponível no site: www.mec.gov.br. Acesso em: 06/08/2012.

_____. MEC. **Manual Como elaborar o Plano Desenvolvimento da Escola; Aumentando o desempenho da escola, por meio do Planejamento eficaz**. 3ª Ed. Brasília: FUNDESCOLA/ DIPRO/FNDE/ MEC, 2006.

CABRAL NETO, Antônio e RODRIGUEZ, Jorge. **Pontos e contrapontos da política educacional: uma leitura contextualizada de iniciativas governamentais/ Organizadores: Antonio Cabral Neto (Et al.)**. - Brasília: Líber Livro Editora, 2007.

CARVALHO, 2009. CARVALHO, Elma Júlia Gonçalves de. **Reestruturação produtiva, reforma administrativa do Estado e gestão da educação**. In: Educação & Sociedade. Campinas, v. 30, n. 109, p. 1139-1166, set./dez. 2009

Costa, Vera Lúcia Cabral. **Descentralização da Educação: novas formas de coordenação e financiamento**- São Paulo: FUNDAP: Cortez, 2001.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Políticas e Gestão da Educação Básica no Brasil: limites e perspectivas**. Revista Educação e Sociedade, Campinas, v. 28, nº 100, 2007.

DOURADO, L. Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de. A qualidade da educação: perspectivas e desafios. Cad. CEDES, Campinas, vol.29, n.78, p. 201-215, Agosto, 2009.

FERREIRA, Naura Syrea Carapeto. **Gestão Democrática da Educação: atuais tendências, novos desafios**. 2ª Ed. São Paulo, Cortez, 2000.

FONSECA, M.; TOSCHI, M.S.; OLIVEIRA, J.F. Educação, Gestão e Organização Escolar: concepções e tendências atuais. In: FONSECA, M.; TOSCHI, M.S.; OLIVEIRA, J.F. (Org.). **Escolas gerenciadas: planos de desenvolvimento e projetos político-pedagógicos em debate.** Goiânia: UCG, 2004.

FONSECA, M. **É possível articular o projeto político-pedagógico e o plano de desenvolvimento da escola?** Reflexões sobre a reforma do Estado e a gestão da escola básica. In: OLIVEIRA, D. A.; FERREIRA, E. B. (Orgs) Crise da escola e políticas educativas. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

GADOTTI, Moacir & ROMÃO José E. (Org.). **Autonomia da escola: princípios e propostas,** São Paulo: Cortez, 2004.

LIBÂNEO, José Carlos, Oliveira, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: política, estruturas e organização.** São Paulo, Cortez, 2003.

LUDKE, Menga e Marli E.D.A. André. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

LÜCK, Heloísa. **Gestão Escolar e Formação de Gestores.** Revista Em Aberto. Brasília, v.17, n.72, fev/jun. 2000.

MEDEL, Cássia Revena Mulin de Assis. **Projeto Político-Pedagógico: construção e implantação na escola/-Campinas, SP: Autores Associados, 2008.**

RODRÍGUEZ, Margarita Victoria. **Políticas Públicas e Educação: a descentralização dos sistemas nacionais de ensino, análises e perspectivas** In: BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João Ferreira (Orgs.). **Gestão e Política da Educação,** Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

RIBEIRO, Clivia Mendonça. **Relatório de Execução das Ações do PDE-Plano de Desenvolvimento da Educação Exercício 2008-Execução 2009.**

SAVIANI, Dermeval- **PDE- Plano de Desenvolvimento da Educação: análise crítica da política do MEC- campinas, SP: autores associados, 2009.**

SILVA JR, João dos Reis. **Reforma do Estado e da Educação do Brasil de FHC.** São Paulo: Xamã, 2002.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). **Projeto Político Pedagógico: uma construção possível.** Campinas SP: Papyrus, 1995.